

## Os trabalhadores diante da crise da água

---

Jorge Hori<sup>1</sup>

O que os trabalhadores e os Sindicatos podem ou devem fazer diante da falta d'água?

Em primeiro lugar é preciso entender a crise e seus diversos aspectos.

A crise atual é decorrência de uma prolongada estiagem em várias regiões do Brasil, mas alcançando principalmente uma faixa que vai do Rio de Janeiro até o centro-oeste brasileiro, passando pelo interior de São Paulo. Segundo os meteorologistas é uma área de alta pressão que impede a chegada de frentes frias, com chuvas para reabastecer as represas.

Ainda em 2012 os estudos em andamento indicavam a forte probabilidade de ocorrência de uma grave estiagem, similar à ocorrida nos anos 50. Caso se confirmassem as previsões - que veio a ocorrer pior do que o esperado - já se previa o esvaziamento das represas e o risco de falta d'água na Região Metropolitana de São Paulo, em 2015, 2016 e até mais.

Os técnicos indicavam a necessidade da adoção

---

<sup>1</sup> Consultor do Instituto de Altos Estudos da UGT

urgente de medidas para reduzir o consumo e as perdas, uma vez que qualquer obra para aumento da produção não ficaria pronta para o período de estiagem previsto.

O Governo paulista, através da SABESP optou por uma solução emergencial de usar o chamado "volume morto". Com a persistência da situação de poucas chuvas, muito abaixo das médias usuais, já foi gasto o volume do primeiro volume morto. Está se utilizando o segundo que também está em vias de terminar.

O Governo de São Paulo, por descrença ou por razões político-eleitorais atrasou na adoção das medidas estruturais. Não buscou a aceleração das obras de captação em São Lourenço da Serra, só contratada em 2014, já com a crise em andamento, e retardou na adoção das medidas para redução do consumo, com receio de que essas fossem caracterizadas como racionamento: termo estigmatizado eleitoralmente.

O Governador evitou o racionamento, foi reeleito e com as chuvas teimando em "não cair sobre o Cantareira" a situação vem se agravando, o que pode levar a um racionamento mais amplo ainda em 2015.

As alternativas efetivas são de um racionamento não compulsório, com a sequência das medidas atuais,



um racionamento compulsório "brando" com rodízio 1x1, ou seja, um dia com e outro sem o suprimento da água pela SABESP e um racionamento "intenso" com rodízio 1 x 2 ou 1 x 3, ou seja, um dia com água e dois ou três sem. O rodízio 1 x 1 tem pouco efeito, pois as pessoas irão estocar e compensar o dia sem água. Para uma redução efetiva é preciso adotar o 1 x 2, 1 x 3 ou até mais. Já foi anunciada a possibilidade de um rodízio de 2 x 5, durante a semana, ou seja, dois dias com água e cinco sem. Uma solução socialmente insustentável.

Com o racionamento da água, muitas atividades econômicas serão paralisadas ou reduzidas. Isso afetará, principalmente as atividades de alimentação fora de casa e as atividades industriais de menor porte. As industriais de maior porte, tem escala e recursos para buscar soluções alternativas, como os poços artesianos e maior capacidade de estocagem.

Essa redução de atividades determinará - inevitavelmente - demissões, compensações de horas, e reduções de remuneração dos trabalhadores.

Os trabalhadores poderão se mobilizar em manifestações contra a falta d'água diante da SABESP, do Palácio do Governo, mas isso só terá sentido político. Para voltar a água teriam que fazer a passeata no céu e junto a São Pedro.

Poderão pressionar e discutir a inevitável aplicação do racionamento compulsório, ou seja, da aplicação do rodízio do corte de água. Nesse caso a discussão será em torno da equação do rodízio: 1 x 3, 2 x 5 e outros mais. Também se será concomitante para todos ou rodiziado por setor e por área da cidade.

O problema tem levado a muitas posições, algumas exacerbadas, por razões políticas, o que pouco ajuda nas soluções. A falta d'água decorre de um fato natural, uma longa estiagem, nunca antes ocorrida na região, desde que se iniciaram as medições e em relação ao qual o homem não tem ainda capacidade de alterar.

O problema real que a população paulista, principalmente a metropolitana é o da seletividade do racionamento, o que envolve limitações. Os cortes do suprimento de água precisam ser feitos regionalmente, por área de operação. Não é possível o racionamento por unidade residencial, a não ser cortes punitivos. Assim, ainda que se queira preservar os hospitais isso não seria possível, sem preservar toda a área operacional onde se encontra. Eventualmente poderia haver a exceção ao complexo do Hospital das Clínicas, mas em nenhum outro. Da mesma forma é inviável excepcionar uma escola, sem alcançar toda uma área no seu entorno.

Dessa forma, fica difícil estabelecer uma seletividade para a preservação de empregos. Poderia ser feito para alguns distritos industriais, mas esses são os que tem maiores alternativas de fontes próprias. Pode-se, no entanto, pesquisar áreas específicas onde há dificuldades de fontes alternativas e alto volume de empregos. Esses são parcialmente identificáveis pelo CAGED e pela RAIS.

O setor mais atingido, com repercussões nos empregos, seria o de alimentação fora de casa, ou sejam, os bares, restaurantes e afins. Com as restrições de água os estabelecimentos irão reduzir as atividades, reduzir os horários ou os dias de funcionamento, todas implicando em demissões ou reduções de carga de horários, com reflexo nas remunerações.

Atividades de entretenimentos, como cinemas, poderão reduzir o volume de sessões, para adequar a limpeza e higienização dos seus sanitários à capacidade de armazenamento da água.

Com a restrição do suprimento da água, os serviços de limpeza e higienização poderão ser reduzidos

De uma parte os trabalhadores e os Sindicatos tem que se envolver, ampla e profundamente, nas campanhas para redução do consumo de água, mediante racionamentos voluntários, e de outro



buscar alternativas para a preservação dos empregos e das remunerações.

Um elemento emergencial pode ser adotado a favor da redução do uso da água: as perdas por vazamento na rede de distribuição.

A ocorrência é detectada pela população e a mídia sempre chega antes da SABESP ou de outra concessionária. Essas alegam restrições de equipe para atender a todas as ocorrências.

Nesta situação a concessionária deveria reforçar as equipes de manutenção, contratando - ainda que temporariamente - mais trabalhadores, para atender mais prontamente o fechamento dos vazamentos.